



Comissão de Orçamento e Finanças

Relatório de Atividades

XIV Legislatura

3.ª Sessão Legislativa

O presente Relatório de Atividades foi aprovado por unanimidade, na ausência do DURP CH, na reunião da Comissão de Orçamento e Finanças de 24 de novembro de 2021.

INDICE

1. INTRODUÇÃO	3
2.COMPOSIÇÃO E ORGANIZAÇÃO INTERNA.....	4
3. REUNIÕES E PARTICIPAÇÃO DOS DEPUTADOS	6
4. Iniciativas legislativas	6
5. PROCESSOS DE CONTAS PÚBLICAS.....	7
6. INICIATIVAS EUROPEIAS	8
7.PETIÇÕES	8
8.AUDIÇÕES.....	8
9.DESLOCAÇÕES/ REPRESENTAÇÕES.....	9
10. REQUERIMENTOS	9
11. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA COMISSÃO.....	9
12. ANEXOS.....	10
Anexo 1 – Diplomas com Tramitação na COF	11
Anexo 2 - Iniciativas Europeias com Escrutínio da COF.....	13

1. INTRODUÇÃO

A Comissão de Orçamento e Finanças (COF) constituiu-se como a 5.ª Comissão Parlamentar permanente da XIV Legislatura, detendo as competências publicadas em Diário da Assembleia da República, II Série-C, n.º 20, de 12 de abril de 2021.

No âmbito das suas competências e atentas as normas regimentais em matéria de organização dos trabalhos das Comissões, a COF elaborou e aprovou o respetivo Plano de Atividades para a 3.ª Sessão Legislativa, de cuja execução se vem dar conta através do presente Relatório.

A Comissão de Orçamento e Finanças pauta a sua atividade segundo princípios de transparência e divulgação de informação, utilizando para tal a página da COF na internet, que inclui o registo da atividade desenvolvida, nomeadamente toda a documentação (incluindo, quando disponíveis, gravações áudio e vídeo) referente à tramitação do processo legislativo e das petições, reuniões realizadas e respetivas atas, audições, audiências e deslocações, entre outras informações.

A utilização deste portal pode constatar-se através do registo das visualizações que foram de 6.163 entre 15 de setembro de 2021 e 22 de novembro de 2021.

A anunciada decisão do Presidente da República de dissolver a Assembleia da República e marcar eleições antecipadas para o dia 30 de janeiro de 2022, determinou o fim antecipado da 3.ª Sessão Legislativa e do funcionamento da Comissão. O presente Relatório sintetiza assim o trabalho desenvolvido por esta Comissão, num período muito curto de atividade, que decorreu entre 15 de setembro e 2 de dezembro do corrente ano.

Foram realizadas 4 audições por videoconferência e 5 presenciais e as reuniões decorreram em formato misto, ou seja, foram presenciais com a possibilidade de participação em videoconferência.

Algumas estatísticas da atividade desenvolvida pela COF na 3.ª SL:

- ❖ 21 Reuniões.
- ❖ 5 Propostas de Lei apreciadas.
- ❖ 5 Projetos de Lei apreciados.
- ❖ 1 Projetos de Resolução apreciados
- ❖ 7 Leis aprovadas.
- ❖ 1 Resoluções aprovadas.
- ❖ 1 Iniciativas europeias escrutinadas
- ❖ 9 Audições.
- ❖ 0 Audiências.
- ❖ 0 Petições concluídas.

2.COMPOSIÇÃO E ORGANIZAÇÃO INTERNA

A COF é composta por 25 Deputados efetivos e 23 Deputados suplentes, abaixo indicados:

Membros Efetivos	
Nome	GP
Filipe Neto Brandão, <i>Presidente</i>	PS
Alberto Fonseca, <i>Vice-Presidente</i>	PSD
Mariana Mortágua <i>Vice-Presidente e Coordenadora do Grupo Parlamentar</i>	BE
Carlos Brás	
Fernando Anastácio <i>Coordenador do Grupo Parlamentar</i>	
Hortense Martins	
João Gouveia	
João Paulo Correia	PS
Joel Bouça Gomes	
Miguel Matos	
Nuno Sá	
Vera Braz	
Afonso Oliveira	
Carlos Silva	
Duarte Pacheco <i>Coordenador do Grupo Parlamentar</i>	
Eduardo Teixeira	PSD
Hugo Carneiro	
Jorge Paulo Oliveira	
Margarida Balseiro Lopes	
Ricardo Vicente	BE
Duarte Alves <i>Coordenador do Grupo Parlamentar</i>	PCP
Cecília Meireles <i>Coordenadora do Grupo Parlamentar</i>	CDS-PP
Nelson Silva <i>Coordenador do Grupo Parlamentar</i>	PAN
André Ventura	CH
João Cotrim de Figueiredo	IL

Membros Suplentes

Nome	GP
António Gameiro	PS
Carlos Pereira	
Hugo Carvalho	
Hugo Costa	
Ivan Gonçalves	
Jamila Madeira	
Joana Lima	
Marcos Perestrello	
Pedro Sousa	
Sónia Fertuzinhos	
Alexandre Poço	PSD
Ana Miguel Santos	
Artur Soveral Andrade	
José Silvano	
Lina Lopes	
Nuno Miguel Carvalho	
Paulo Moniz	
Sara Madruga da Costa	BE
Isabel Pires	
Pedro Filipe Soares	PCP
Bruno Dias	
João Pinho de Almeida	CDS-PP
Inês de Sousa Real	PAN

Ao longo da 3.ª Sessão Legislativa, ocorreram as seguintes substituições de Deputados na composição da Comissão:

Data	Início de Atividade		Fim de Atividade	
07/10/2021	João Pinho de Almeida	CDS-PP	Ana Rita Bessa	CDS-PP
09/10/2021	André Ventura	CH	Diogo Pacheco de Amorim	CH
02/11/2021	Sónia Fertuzinhos	PS	Ricardo Leão	PS

No decorrer desta Sessão, o Grupo de Trabalho - Desclassificação de documentos não teve atividade.

3. REUNIÕES E PARTICIPAÇÃO DOS DEPUTADOS

Ao longo da Sessão Legislativa, a Comissão efetuou 21 reuniões, incluindo as reuniões da Mesa e Coordenadores (4).

Por norma, período de maior intensidade na atividade da Comissão corresponde aos meses de outubro e novembro, altura em que é apreciada a Proposta de Lei referente ao Orçamento do Estado. Este ano, porém, como a iniciativa não passou à fase da especialidade, realizaram-se apenas 2 audições no âmbito da sua apreciação na generalidade.

4. Iniciativas legislativas

A COF participa ativamente na feitura de leis pela Assembleia da República. Em particular, ao longo da 3.ª Sessão Legislativa, a COF apreciou um conjunto alargado de iniciativas, entre a apreciação na generalidade e a apreciação na especialidade¹:

- ❖ 5 Propostas de Lei,
- ❖ 5 Projetos de Lei.
- ❖ 1 Projetos de Resolução.

No anexo I do presente relatório é possível consultar a lista exaustiva dos diplomas apreciados pela Comissão que resultaram em Leis e Resoluções da Assembleia da República ao longo da presente Sessão Legislativa.

A informação referente às iniciativas cuja tramitação pela Comissão se encontra concluída está disponível na página do Arquivo de Iniciativas da COF, enquanto o

¹ Objeto de parecer, audições, audiências ou processo de especialidade/nova apreciação na generalidade, ainda que sem conclusão do processo legislativo

registo referente às iniciativas cuja tramitação ficou pendente pode ser consultado na página das Iniciativas em Comissão.

5. PROCESSOS DE CONTAS PÚBLICAS

Orçamento do Estado e Grandes Opções

Nos termos constitucionais, legais e regimentalmente previstos, a COF procede à apreciação da proposta de lei referente ao **Orçamento do Estado** (e eventuais subsequentes iniciativas que procedam à alteração da lei do Orçamento do Estado em vigor), atentas as suas competências específicas nesta matéria.

Nestes termos, na 3.^a Sessão Legislativa a Proposta de Lei n.º 116/XIV/3.^a (GOV), que **Aprova o Orçamento do Estado para 2022** baixou no dia 11-10-2021 à Comissão para apreciação na generalidade. Todavia, em virtude da sua rejeição na generalidade, em 27-10-2021, não chegou a ser apreciada na especialidade.

Nesta sessão legislativa, pela primeira vez, a proposta de lei relativa Grandes Opções não foi apresentada com a proposta de lei do Orçamento do Estado. Com efeito, aplicou-se este ano a norma da Lei de Enquadramento Orçamental (artigo 34.º) que prevê a sua apresentação, na Assembleia da República, até o dia 15 de abril.

Combate à Fraude e Evasão Fiscais

O Relatório referente a 2020, foi recebido em 30 de junho de 2021, tendo a audição ao Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais ocorrido a 13 de outubro.

Atividade da UTAO

Sublinha-se a atividade desenvolvida pela UTAO – Unidade Técnica de Apoio Orçamental², de apoio aos trabalhos da Comissão, que elabora pareceres e relatórios sobre o Orçamento do Estado (OE) e a respetiva execução orçamental em contabilidade nacional e contabilidade pública, a Conta Geral do Estado, a Dívida Pública e Dívida Externa e sobre o Programa de Estabilidade.

Na presente sessão legislativa, a UTAO elaborou e apresentou os seguintes documentos:

- Relatório n.º 19/2021 - Apreciação preliminar da Proposta de Orçamento do Estado para 2022.
- Relatório n.º 20/2021, 16 de novembro - Evolução Orçamental: janeiro a setembro de 2021.

² A UTAO elabora, em cada Sessão Legislativa, o seu próprio relatório de atividades.

6. INICIATIVAS EUROPEIAS

A COF procura dar resposta ao acompanhamento dos Assuntos Europeus e ao escrutínio das iniciativas europeias remetidas pela Comissão Europeia aos Parlamentos Nacionais.

Neste particular, atenta a metodologia definida pela Comissão dos Assuntos Europeus para o escrutínio das iniciativas europeias e o critério de seleção interna definido pela COF, a Comissão continuou a acompanhar iniciativas que considerou relevantes para o exercício das suas competências.

No anexo 2 ao presente relatório, consta um mapa síntese com o elenco das iniciativas apreciadas pela COF no decurso da 3.ª Sessão Legislativa, bem como a indicação do(a) respetivo(a) relator(a), podendo o processo de cada um dos escrutínios ser consultado na página internet especificamente dedicada aos assuntos europeus.

7. PETIÇÕES

A Comissão procede à tramitação das petições que lhe são remetidas, nos termos legalmente previstos para o efeito. Transitaram da Sessão Legislativa anterior 3 Petições que ainda não se encontram concluídas.

Os processos das Petições pendentes podem ser consultados na página referente às Petições em Comissão.

8. AUDIÇÕES

Nesta matéria, a Comissão procedeu a um total de 9 audições, das quais 3 com membros do Governo.

Em matéria de audições, sublinham-se as realizadas no âmbito do **processo de apreciação, na generalidade, da Proposta de Lei referente ao Orçamento do Estado para 2022**, num total de 2 audições.

No âmbito de outros processos legislativos, a Comissão realizou 5 audições, ao Banco de Portugal, entidades reguladoras, e outras.

Ainda quanto a audições de membros do Governo, salienta-se a audição ao Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais, sobre o Relatório de Combate à Fraude e Evasão Fiscais e Aduaneiras.

Atendendo à anunciada decisão do Presidente da República de dissolver a Assembleia da República, as audições de membros do Governo, no âmbito do n.º 5 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República, ficaram sem efeito.

Na sequência da aprovação de requerimento, a COF realizou uma audição ao Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais, sobre o “projeto Garantir Cultura”.

Foi ainda realizada a audição do Dr. Gabriel Rodrigo Ribeiro Tavares Bernardino, no âmbito da indigitação para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

9. DESLOCAÇÕES/ REPRESENTAÇÕES

Havendo ainda restrições decorrentes da pandemia COVID-19, não se registaram quaisquer deslocações físicas de membros da Comissão, tendo todas as suas participações em eventos, ocorrido por videoconferência.

Assim, nesta sessão legislativa, a Comissão fez-se representar, no âmbito da dimensão parlamentar da Presidência Eslovena do Conselho da UE, na Conferência Interparlamentar sobre a Estabilidade, Coordenação Económica e Governação na União Europeia, que teve lugar no dia 28 de setembro de 2021, em formato de videoconferência.

10. REQUERIMENTOS

Ao longo da Sessão Legislativa, não foram submetidos à apreciação e deliberação da Comissão requerimentos. Contudo, foi realizada uma audição, no seguimento de requerimento que transitou da 2.ª Sessão Legislativa.

11. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA COMISSÃO


Tendo em conta a dotação atribuída à Comissão em sede de Orçamento da Assembleia da República, a COF utilizou, até novembro, 48,6 % do seu orçamento para o ano 2021³. Nota-se que a execução da despesa ocorreu exclusivamente na anterior sessão legislativa, não se tendo registado quaisquer gastos na presente sessão.

³ O exercício económico de 2021 abrange o final da 2.ª Sessão Legislativa e o princípio da sessão subsequente.

12. ANEXOS

1. Mapa síntese das Leis e Resoluções da Assembleia da República com tramitação efetuada na COF.
2. Elenco das iniciativas europeias apreciadas pela COF.

O Presidente da Comissão,



(Filipe Neto Brandão)

ANEXO 1 – DIPLOMAS COM TRAMITAÇÃO NA COF

Leis

Diploma	Leis Título	Iniciativa originária
Lei n.º 70/2021 de 4 de novembro	Iisenção de imposto do selo sobre as operações de reestruturação ou refinanciamento do crédito em moratória	Proposta de Lei n.º 112/XIV/2.ª (GOV)
Lei n.º 75/2021 de 18 de novembro	Reforça o acesso ao crédito e contratos de seguros por pessoas que tenham superado ou mitigado situações de risco agravado de saúde ou de deficiência, proibindo práticas discriminatórias e consagrando o direito ao esquecimento, alterando a Lei n.º 46/2006, de 28 de agosto, e o regime jurídico do contrato de seguro	Projeto de Lei n.º 691/XIV/2.ª (PS)
Lei n.º 78/2021 de 24 de novembro	Regime de prevenção e combate à atividade financeira não autorizada e proteção dos consumidores	Projeto de Lei n.º 678/XIV/2.ª (PSD) Projeto de Lei n.º 781/XIV/2.ª (PS)
Lei n.º 84/2021 de 6 de dezembro	Altera as taxas previstas no Código do Imposto Único de Circulação e prorroga as medidas de apoio ao transporte rodoviário previstas no Estatuto dos Benefícios Fiscais	Proposta de Lei n.º 118/XIV/2.ª (GOV)



Comissão de Orçamento e Finanças

Resoluções

Diploma	Título	Iniciativa originária
<u>Resolução da Assembleia da República n.º 268/2021</u>	Recomenda ao Governo que retire a proposta de designação de Vítor Fernandes para o Conselho de Administração do Banco Português de Fomento	<u>Projeto de Resolução n.º 1410/XIV/2.ª (PAN)</u>



Comissão de Orçamento e Finanças

ANEXO 2 - INICIATIVAS EUROPEIAS COM ESCRUTÍNIO DA COF

Referência	Título	Autor(a) do parecer
COM(2021)429	Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva (UE) 2019/1153 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito ao acesso das autoridades competentes aos registos centralizados de contas bancárias através do ponto de acesso único	Mariana Mortágua